



Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quinta, 12 de dezembro de 2013, 00h00

HOSPITAL/VERBAS

Julio Muller receberá R\$ 1,6 mi

[Bruna Pinheiro](#) / Da Redação

Mais de R\$ 1,6 milhão será repassado pelo Ministério da Saúde ao Hospital Universitário Júlio Muller (HUJM), em Cuiabá. O recurso faz parte do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários (Rehuf), coordenado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que em julho já havia destinado cerca de R\$ 1,1 milhão para a unidade. Na época, o dinheiro foi utilizado para pagar parte da dívida de R\$ 5 milhões do hospital. O mesmo deve ser feito com o novo recurso, porém atualmente a dívida gira em torno de R\$ 2,5 milhões...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quinta, 12 de dezembro de 2013, 00h00

ATENDIMENTO MÉDICO

Estrutura de saúde não é a ideal

[Amanda Alves](#) / Da Redação

Longe da região central de Cuiabá, os moradores do Pedra 90 enfrentam problemas no serviço público de saúde. Apesar de ter unidades localizadas no bairro, a população muitas vezes não pode contar com atendimento e precisa recorrer a outras comunidades. A falta de materiais básicos para a realização de procedimentos, como agulhas e vacinas, tem sido frequentes na Policlínica Anízio Sabo Mendes.

O prédio da Policlínica tem boa estrutura, há leitos para os usuários, recepção e profissionais de saúde em regime de plantão. O funcionamento 24 horas é destacado pela população como positivo. No entanto, nem sempre a entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS) é a certeza do atendimento...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta.



Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / MODELO POLÊMICO

11.12.2013 | 17h30 - Atualizado em 11.12.2013 | 17h46
Tamanho do texto A- A+

“OSS comprometeram a Saúde no Estado”, afirma Riva

Deputado defende descentralização de recursos do setor em MT

Secom-AL

Clique para ampliar 



O deputado José Riva defendeu a expansão de leitos de UTI

**LAÍSE LUCATELLI
DA REDAÇÃO**

O deputado José Riva (PSD) criticou a prioridade dada pelo Governo do Estado à gestão por Organizações Sociais de Saúde (OSS), em detrimento das regiões que não são atendidas por essas entidades.

A política de concentração de recursos nos hospitais regionais, geridos pelas OSS, comprometeu o setor da Saúde Pública em Mato Grosso, segundo o deputado.

“As OSS comprometeram a Saúde do Estado. Não vejo condições de as organizações chegarem em todas as regiões. Então, é muito injusto uma região ter um hospital regional contemplado com uma gestão de OSS, e outras ficarem abandonadas”, afirmou o deputado, em discurso, quarta-feira (11), na tribuna da Assembleia Legislativa.

“As OSS comprometeram a Saúde do Estado. Não vejo condições de as OSS chegarem em todas as regiões.



Então, é muito injusto uma região ter um hospital regional contemplado com uma gestão de OSS, e outras ficarem abandonadas"

Ele defendeu que os parlamentares se mobilizem para lutar pela descentralização de recursos e investimento em Saúde no interior do Estado, propondo emendas na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2014.

“Precisamos nos debruçar sobre o orçamento da Saúde e sobre a atenção básica, além de criar UTIs (Unidade de Tratamento Intensivo) no interior. Em Juara, por exemplo, precisa ter pelo menos 10 leitos de UTI, a mesma coisa Alta Floresta, Pontes e Lacerda e outros municípios. É importante garantir os serviços essenciais através da votação do orçamento”, disse.

O orçamento da Saúde previsto para 2014 é de cerca R\$ 1 bilhão, ou 12,2% a mais que no ano passado.

Hospitais regionais

Atualmente, os sete hospitais regionais do Estado são todos administrados por OSS, que recebem recursos do Governo do Estado para gerenciar as unidades, o que inclui pagar os funcionários (que não precisam ser concursados), e manter a estrutura.

Eles são localizados nas cidades de Várzea Grande (Hospital Metropolitano), Cáceres, Rondonópolis, Sorriso, Alta Floresta, Colíder, e Sinop.

Permanência

Em entrevista coletiva na terça-feira (11), o secretário de Estado de Saúde, Jorge Lafetá, defendeu a continuidade do sistema terceirizado, mas ponderou que o Governo poderia ter testado o modelo antes, transformando um único hospital em piloto.

Lafetá, que assumiu a pasta há um mês, afirmou que a gestão terceirizada não deve ser extinta, como servidores da rede pública de Saúde vêm pedindo, ao longo dos dois anos de sua implantação, mas precisa ser readequada.



Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 12 de dezembro de 2013

Edição nº 13771 12/12/2013

SAÚDE

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Cai número de fumantes na região Centro-Oeste

YURI RAMIRES

Da Reportagem

Em seis anos, o número de fumantes na região Centro-Oeste do país caiu de 19,6% da população para 17%, revelou o Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad) com ênfase no consumo de tabaco. Os dados foram divulgados pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com base na pesquisa realizada em 2006 e 2012.

Atualmente, o tabaco é um dos fatores mais determinantes da Carga Global de Doenças, segundo a Organização Mundial de Saúde. A pesquisa ouviu 78 pessoas de Mato Grosso, que somadas com as participações em outros estados da região, resultou em 317 entrevistados.

No Brasil, o percentual de fumantes caiu de 19,3% para 15,6%. A pesquisa estima que cerca de 20 milhões de brasileiros são fumantes, resultando em aproximadamente 70 milhões de fumantes passivos, ou seja, não fumantes que ficam expostos à fumaça.

Os adolescentes, por sua vez, foram o público que mais reduziu o consumo de tabaco. Em 2006, eles representavam 6,2% dos fumantes, índice que caiu para 3,4% em 2012.

O estudo aponta que 11,3% da população já fumou no passado e não fuma atualmente, que passa a ser considerado ex-fumante. Entre as razões, está a preocupação com a saúde.

O consultor imobiliário Rafael Stella é um deles. Aos 27 anos, ele conta que se considera um ex-fumante, já que no próximo dia 29, completa um ano sem tragar um cigarro.

O cigarro entrou na vida de Rafael em 2005, quando ele tinha 19 anos. Ele conta que começou a fumar em festas com os amigos, para "fazer graça". "Um trago ali, outro aqui, foi se tornando constante", lembra.

Rafael percebeu que não se tratava mais de uma 'graça' quando passou a comprar as carteiras de cigarro, mas afirmou que achava um máximo.

"Costumava fumar até sete cigarros por dia durante na semana. Quando chegava o final de semana, que eu saía para bares e consumia álcool, fumava até quatro carteiras", disse.

Apesar de ter passado sete anos como fumante, Rafael afirma que nunca apresentou nenhum problema de saúde decorrente ao hábito, mas decidiu parar de fumar a fim de ter uma qualidade de vida melhor no futuro. Rafael afirma que já pode sentir a diferença. "A minha respiração melhorou muito, não me canso como antes", explica.



Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / **Política BR**

11/12/2013 - 19:51

CCJ aprova orçamento impositivo separado de financiamento da saúde

G1

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (11) duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que obrigam o Executivo a pagar integralmente as emendas parlamentares individuais. Os dois projetos fazem parte de um mesmo texto que foi aprovado pelo Senado e que, contra a vontade do governo, acabou sendo dividido ao retornar à Câmara.

Com o desmembramento, a PEC ficou dividida em duas. Uma trata apenas da determinação para que o governo federal pague as emendas dos congressistas. A outra proposta aborda o financiamento da saúde pelo Executivo federal. De acordo com o deputado Danilo Forte (PMDB-CE), a ideia é que o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), encaminhe ambas as PECs para análise em uma única comissão especial. Assim, haveria uma "reunificação" das propostas, conforme o texto aprovado no Senado e encaminhado para os deputados. "Vai se iniciar o processo de autorização para que a Mesa Diretora possa constituir nova comissão especial para analisar as duas PECs. Esse tem sido o posicionamento do presidente Henrique, de haver a reunificação das duas propostas", afirmou ao G1.

Na avaliação do parlamentar do Ceará, existem "vários argumentos regimentais" que justificam a reunificação das propostas pela mesa diretora da Casa. "Henrique Alves pode argumentar que as matérias são complementares ou que a proposta foi aprovada e unificada no Senado", explicou. Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014, Danilo Forte ressaltou que a aprovação das duas PECs na comissão abre caminho para que o parlamento negocie a votação do Orçamento de 2014. O PMDB, enfatizou, só aceita votar a peça orçamentária se a presidente Dilma Rousseff sancionar a LDO com o artigo que obriga o governo a quitar as emendas parlamentares. Apesar de os congressistas terem incluído a obrigação de pagamento integral das emendas na LDO, interlocutores do Palácio do Planalto têm advertido o Legislativo que o trecho alvo de polêmica poderá ser vetado por Dilma. O argumento do governo para excluir esse item é de que não seria possível sancionar as regras de pagamento obrigatório de emendas sem a aprovação da PEC do Orçamento Impositivo, que foi modificada pelos deputados depois de ter alcançado um consenso no Senado. O Planalto só admite pagar as emendas se ao menos metade dos recursos forem destinados à área da saúde. "A aprovação na CCJ abre um precedente bom porque reafirma compromisso com o acordo feito no Senado. Agora, estamos aguardando o encaminhamento de que a presidente Dilma conversaria com os líderes para negociar um acordo em torno do Orçamento de 2014 e da LDO. Vamos ver que encaminhamento ela vai dar ao sancionar a LDO", opinou Danilo Forte.



Fonte: www.sonoticias.com.br

GERAL

12 de Dezembro de 2013 - 07:57

Relatório pede rompimento entre secretaria e OSS na Farmácia de Alto Custo

Fonte: *A Gazeta*

Um dos processos administrativos instaurados na Secretaria de Estado de Saúde (SES) recomendou a rescisão do contrato mantido com o Instituto Pernambucano de Assistência Social (Ipas) para o gerenciamento da Central Estadual de Abastecimento de Insumos da Saúde (Ceadis), conhecida como Farmácia de Alto Custo. Formado por servidores de carreira da SES, o grupo foi criado após a intervenção da unidade, decretada pelo governo em julho deste ano.

Além desta comissão, outras duas estão em andamento. O rompimento também foi sugerido pela Auditoria Geral do Estado (AGE) que detectou perdas de R\$ 3 milhões em medicamentos vencidos desde junho de 2011. O documento será entregue na próxima semana ao secretário Jorge Lafetá, que atualmente encontra-se em Brasília (DF), a quem caberá decidir sobre o futuro do contrato com a Organização Social de Saúde (OSS).

Após a análise dos técnicos da AGE, a SES instaurou 3 comissões, atendendo ao pedido dos auditores, para apurar a responsabilidade dos servidores da pasta, do Ipas e dos fornecedores nas centenas de caixas de medicamentos vencidos encontrados na unidade. Enquanto 2 trabalhos seguem em andamento, com previsão para conclusão ainda este mês, o grupo que apura a atuação da OSS já concluiu o estudo. Com todos estes documentos, mais o relatório da AGE, é que Lafetá, em conjunto com o governador Silval Barbosa (PMDB), irá tomar uma decisão quanto ao futuro da unidade.

Nesta segunda-feira (9), Lafetá voltou a falar sobre o assunto. O secretário lembrou que a intervenção tem previsão para término em 30 de janeiro, mas adiantou que a intenção da SES é a de solucionar o problema o quanto antes. "Já sentamos com a AGE e com a Comissão Processante



da SES. Temos os laudos e estamos sentados para tomarmos as decisões, isso está praticamente concluído".

Após as afirmações, feitas em entrevista coletiva, a reportagem apurou que o secretário se reuniu com o interventor da Farmácia de Alto Custo, Marcelo Dalécio Costa, nomeado por Barbosa e pelo secretário-chefe da Casa Civil, Pedro Nadaf, de quem cobrou celeridade na conclusão do processo. O mesmo pedido havia sido feito pouco tempo depois do secretário ter sido empossado. O grande desejo dele é o de concluir os trabalhos relativos à unidade ainda este ano, para que em 2014, sob o comando do Estado, do Ipas ou de outra OSS, os serviços já estejam normalizados.

O Ipas foi contratado pela SES na gestão do então secretário Pedro Henry, em junho de 2011. Pelo gerenciamento da unidade, responsável pelo recebimento e distribuição de medicamentos e insumos à rede pública, a OSS recebe cerca de R\$ 7 milhões por ano.

Fonte: www.vgnoticias.com.br

Novo PCCS dos médicos e dos odontólogos de VG é aprovado; Apesar de reajuste, categorias estão insatisfeitas com condições de trabalho

Publicado em: 12/12/2013 às 10:10

por Lucione Nazareth/VG Notícias

Os vereadores de Várzea Grande aprovaram nesta quarta-feira (11.12) dois projetos de lei, que visam melhorar a questão salarial de duas categorias da rede municipal de Saúde, os médicos e os odontólogos. Os parlamentares aprovaram por unanimidade, o novo Plano de Cargo, Carreira e Salários, das categorias.

Segundo a presidente do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed), Elza Queiroz, o novo PCCS dos médicos traz um reajuste salarial de pouco mais de 80%, passando dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 3,5 mil. "Conseguimos este aumento após um ano negociando com o Poder Executivo. Essa é uma vitória de toda a categoria", disse Elza.



Porém, de acordo com a presidente do Sindimed, a categoria não está plenamente satisfeita com o aumento salarial, sendo que eles desejavam um reajuste de mais de 110%, no valor de R\$ 4 mil. “Não conseguimos, mas estamos felizes de ter alcançado esta conquista, depois de muito negociar com o prefeito”. O reajuste salarial será concedido à categoria apenas em abril de 2014.

PCCS Odontólogos – De acordo com a presidente do Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso, Juliane Maciel, o PCCS aprovada nesta quarta, prevê um reajuste salarial de pouco mais de 57%, passando de R\$ 1,9 mil para R\$ 3 mil, a partir de abril do próximo ano.

“Nós negociamos quase um ano esse reajuste, mas queríamos mais do que foi dado. A categoria reivindicou junto a Prefeitura que o piso salarial fosse o mesmo dos médicos (R\$ 3,5 mil). O prefeito disse que o município não dispõe de recursos financeiros para pagar esse teto salarial a classe. Apesar disso, temos consciência de que obtivemos uma vitória e conseguir esse reajuste salarial que tanto a categoria reivindicava”, declarou Juliane.

Melhorias - Os médicos e os odontólogos disseram a reportagem do **VG Notícias**, que apesar da melhoria salarial, eles também cobram do Poder Executivo municipal melhorias nas condições de trabalho e nas estruturas das unidades odontológicas e de saúde de Várzea Grande.

Segundo os dois Sindicatos, ainda falta material de trabalho, manutenção em equipamentos e reforma nas estruturas de algumas unidades odontológicas e de saúde (como postos e policlínicas). As categorias cobram ainda, o aumento do número de profissionais médicos e odontólogos no município.